



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10530.720433/2004-82  
Recurso nº : 138.048  
Acórdão nº : 204-02.583

MF - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 15/09/2004

Rubrica

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : CERVEJARIAS KAISER NORDESTE S/A  
Recorrida : DRJ em Salvador - BA

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 17/09/07

Manoel Luiz da Novais  
Mat. Siap: 91611

**COFINS. COMPENSAÇÃO.** Se o pagamento do tributo foi posterior a sua data de vencimento, procede a cobrança de multa de mora, nos termos do artigo 61 da Lei nº 9.430/96, pelo que não há crédito a respaldar a indevida compensação.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CERVEJARIAS KAISER NORDESTE S/A.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em negar provimento ao recurso.** Vencidos os Conselheiros Rodrigo Bernardes de Carvalho e Leonardo Siade Manzan.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 2007.

*Henrique Pinheiro Torres*  
Henrique Pinheiro Torres  
Presidente  
*Jorge Freire*  
Jorge Freire  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Nayra Bastos Manatta e Júlio César Alves Ramos.

Ausentes justificadamente os Conselheiros Airton Adelar Hack e Flávio de Sá Munhoz.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10530.720433/2004-82  
Recurso nº : 138.048  
Acórdão nº : 204-02.583

Recorrente : CERVEJARIAS KAISER NORDESTE S/A

### RELATÓRIO

Trata-se de declaração de compensação de débito de Cofins (fls. 01 a 05) com suposto crédito de multa moratória em função de pagamento espontâneo, mas com pagamento cinco dias após seu vencimento (fl. 03).

A DRJ em Salvador - BA manteve o despacho do órgão local que não homologou a compensação. Não resignada com a r. decisão, a empresa interpôs o presente recurso voluntário, no qual, em suma, argui que o instituto da denúncia espontânea afasta a incidência de multa, uma vez que a multa aplicada no âmbito do direito tributário, seja ela qual for, tem natureza sancionatória.

É o relatório.

X //

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 17/09/04
<i>Enviado</i>
Maria Luzinete Novais
Mat. Sist. 91641



Processo nº : 10530.720433/2004-82  
Recurso nº : 138.048  
Acórdão nº : 204-02.583

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
JORGE FREIRE

O Recurso é de ser improvido.

Ocorre que a multa paga em função de pagamento de tributo após sua data de vencimento tem respaldo no artigo 61 da Lei nº 9.430/96, que tem a seguinte redação:

*Art. 61. Os débitos para com a União, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, cujos fatos geradores ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 1997, não pagos nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de multa de mora, calculada à taxa de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso.*

*§ 1º A multa de que trata este artigo será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o dia em que ocorrer o seu pagamento.*

*§ 2º O percentual de multa a ser aplicado fica limitado a vinte por cento.*

*§ 3º Sobre os débitos a que se refere este artigo incidirão juros de mora calculados à taxa a que se refere o § 3º do art. 5º, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês de pagamento. (SUBLINHADO).*

Portanto, não há crédito a respaldar a indevida compensação.

**CONCLUSÃO**

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 2007.

JORGE FREIRE

*M*

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília.	<u>17</u> / <u>09</u> / <u>07</u>
<i>Signature</i> Maria Luzimilia Novais Mat. Sist. 71641	